

IMIGRANTES: ENTRE POLÍTICAS, CONFLITOS E PRECONCEITOS*

*Zeila de Brito Fabri Demartini***

Resumo: Neste texto procuramos focalizar algumas questões envolvendo grupos que se deslocaram entre vários continentes, mas tendo como referência principal o contexto brasileiro, a partir do qual temos baseado nossas pesquisas com imigrantes portugueses, luso-africanos, africanos, japoneses e alemães. Consideramos, entretanto, também os deslocamentos anteriores realizados por tais grupos, especialmente em terras africanas. Acreditamos que refletir sobre como os sujeitos imigrantes representam suas experiências de deslocamento e como são visualizados pelas sociedades nas quais se inserem permite que possamos pensar nas complexas relações que se estabelecem entre os mesmos, implicando ao mesmo tempo em acolhimento e rejeição, conflitos e discriminações. Os processos imigratórios colocam em relação sujeitos/grupos que se vêem como diferentes: a forma como ocorrem as trocas e disputas entre os mesmos, nos vários campos, pode permitir a desconstrução de preconceitos/estereótipos, seu reforço ou até a construção de novos.

Palavras-chave: Imigração. Conflito. Preconceito.

Abstract: In this paper, we try to focus on some issues involving groups which have moved among various continents, but with the Brazilian context as main reference, from which we have based our research with Portuguese, Luso-African, African, Japanese and German immigrants. We consider, however, the shifts made earlier by such groups, especially in African territories. By reflecting on how the immigrants represent their experiences of displacement, and how they are viewed inside societies in which they are inserted, we believe that it allows us to think about the complex relations established among them. At the same time, it implies acceptance and simultaneously rejection, conflict and discrimination. The immigration processes put in relation individuals/groups who consider each other as different: the shape in which exchanges and disputes occur between them, in various fields, can allow the deconstruction of prejudices or stereotypes, its reinforcement or even the building of new ones.

Keywords: Immigration. Conflict. Prejudice.

* Uma primeira versão ampliada foi apresentada no X Congresso Luso-AfroBrasileiro de Ciências Sociais – Braga Portugal – fevereiro, 2009.

** Docente do Programa de Pós-graduação em Educação na Universidade Metodista de São Paulo, Pesquisadora no Centro de Estudos Rurais e Urbanos. E-mail: zeila@usp.br.

INTRODUÇÃO

Esse artigo aborda algumas questões que sempre estão presentes quando se faz referência a processos de deslocamento e trajetórias realizadas por grupos imigrantes em diferentes contextos, assim como aos processos de construção/reconstrução de identidades que os acompanham: os conflitos enfrentados entre o grupo que se desloca e a sociedade receptora. (DEMARTINI, 2006; SEYFERTH, 2005; DEZEM, 2000; KALY, 2001; SAKURAI, 2002).

O deslocamento pode ser resultado de um desejo/projeto de vida, motivado pelas complexas vivências enfrentadas por cada grupo que se desloca; mas há diferenciações pelas singularidades dos processos migratórios e pelas diversificadas trajetórias desenvolvidas, mesmo quando se trata de uma mesma sociedade receptora, de um mesmo grupo de origem e do mesmo momento histórico.

O que parece haver de comum, em todos os deslocamentos, de qualquer natureza e de diferenciados grupos, é que os imigrantes carregam durante suas vidas as marcas dos contextos nos quais viveram, por pouco ou por muito tempo. Relembramos novamente a importante afirmação de Abdelmalek Sayad (2000) sobre tais marcas:

Não se habita impunemente em outro país, não se vive no seio de uma outra sociedade, de uma outra economia, em um outro mundo, em suma, sem que algo permaneça desta presença, sem que se sofra mais ou menos intensa e profundamente, conforme as modalidades individuais, por vezes, mesmo não se dando conta delas e, outras vezes, estando plenamente consciente dos efeitos (p.14).

A discussão dessas questões têm interessado já há muitos anos principalmente antropólogos, sociólogos e psicólogos, preocupados em grande parte com os problemas de assimilação/integração de imigrantes na nova sociedade, assim como também por administradores com as políticas de Estado a serem adotadas e os nacionalismos que os deslocamentos entre nações evidenciam (BASSANEZI, 1996).

Neste texto procuramos focalizar algumas questões envolvendo grupos que se deslocaram entre vários continentes, mas tendo como referência principal o contexto brasileiro, a partir do qual temos baseado nossas pesquisas com imigrantes portugueses, luso-africanos, africanos, japoneses e alemães. Consideramos, entretanto, também os deslocamentos anteriores realizados por tais grupos, especialmente em terras africanas. Acreditamos que refletir sobre como os sujeitos imigrantes representam suas experiências de deslocamento e como são visualizados pelas sociedades nas quais se inserem permite que possamos pensar nas complexas relações que se estabelecem entre os mesmos, implicando ao mesmo tempo em acolhimento e rejeição, conflitos e discriminações.

Nossos estudos nos permitem afirmar que é impossível tratar os processos migratórios de forma homogeneizadora, sem considerar as especificidades dadas pelos contextos de adoção que podem, no caso de muitos que vieram para o Brasil, ser mais de um. Também variam a inserção de cada grupo e dos sujeitos de cada grupo em um mesmo contexto, dependendo não só dos interesses da sociedade de adoção, mas, também, dos recursos/capitais/posições sociais dos próprios imigrantes. É difícil tratar em um único texto das várias situações envolvidas, mas algumas anotações são possíveis a partir de uma perspectiva histórico-sociológica que trata do período dos grandes fluxos migratórios do final do século XIX, até o período pós Segunda Guerra Mundial.

I FLUXOS MIGRATÓRIOS E POLÍTICAS IMIGRANTISTAS: INTERESSES EM JOGO

Como país historicamente receptor, os conflitos identitários que os processos migratórios e as novas vivências colocam aos imigrantes têm sido objeto de preocupação de estudiosos pelo menos desde o início do século XX; da mesma forma também das autoridades que sempre parecem ver nos que chegam ameaças ao status quo e aos demais grupos já existentes na sociedade de adoção. Os nacionalismos e as políticas de estado envolveram muitas vezes um “olhar” sobre os grupos de imigrantes que os estigmatizou como aqueles que iriam perturbar a “ordem” existente, mesmo quando as situações de crise exigiam a presença de mão-de-obra estrangeira; foi o que ocorreu durante o período dos grandes fluxos migratórios nas primeiras décadas do século XX (em virtude das demandas econômicas do país). (VAINER, 1996).

Também, sobre o imigrante que chega, recai um “olhar” que o diferencia dos demais e que tenta localizá-lo nas hierarquias sociais existentes. Nesse sentido alguns imigrantes são melhor “aceitos” por suas características físicas, suas nacionalidades, suas atividades profissionais etc. Os interesses econômicos que orientam as entradas de imigrantes em um determinado momento, e portanto os selecionam pelas habilidades de trabalho, muitas vezes podem ser opostos aos critérios orientados pelas características físicas-foi o que ocorreu no Brasil quando se estimulou a vinda de mão-de-obra estrangeira para trabalhar na agricultura-mas não se queria os japoneses, da “raça amarela” (DEMARTINI, 2004a). O imigrante pode, assim, ser ao mesmo tempo desejado e rejeitado. Os imigrantes portugueses embora incluídos no sistema de cotas instituído pelo governo brasileiro na década de 1930, constituíram um fluxo migratório diferenciado dos demais grupos, pois geralmente vinham por conta própria, a partir de cartas de chamada de algum conhecido ou parente que já havia se instalado anteriormente; apesar de haver um anti-lusitanismo na sociedade brasileira ainda nas décadas iniciais

do século XX (SILVA, 1992), esses imigrantes não foram entretanto claramente rejeitados, pois eram brancos, europeus e falavam a língua portuguesa, o que tornou mais fácil sua inserção na sociedade brasileira; a preocupação do governo e das elites era, especialmente, com o embranquecimento da população.

Apesar das medidas restritivas diferenciadas o Brasil caracterizou-se como um contexto receptor de imigrantes vindos de várias partes do mundo. Historicamente, observa-se que desde a primeira metade do século XIX já houve a introdução de imigrantes europeus (não portugueses) no Brasil, especialmente voltados para o povoamento das regiões não habitadas do país (PETRONE, 1990).

Mas os grandes fluxos de imigrantes ocorreram na segunda metade do século XIX e, segundo alguns estudiosos (IANNI, 1967; PRADO JR., 1953) para entendê-los é preciso relacioná-los às transformações do regime escravista no país. Trabalhadores de origem européia começaram a ser introduzidos para substituir a mão de obra escrava.

Segundo Azevedo (1987), os reformadores do século XIX, pautados na idéia de inferioridade de negros e mestiços, isto é, de grande parte da população brasileira de então, foram delineando um projeto imigrantista apoiado em sofisticadas “teorias raciais”, que previam a impregnação pelos negros e mestiços das “virtudes étnicas” dos trabalhadores brancos.

Assim, o projeto imigrantista não estava desvinculado da idéia de construção de uma nação branca, o que só se tornaria viável com a introdução maciça de trabalhadores europeus. Segundo a autora, o sentido racista dos imigrantistas já é perceptível em 1869, quando foi intensamente debatida a necessidade, ou não, de trazer norte-americanos para a Província de São Paulo, em que as qualidades superiores dos mesmos eram destacadas.

Com a instituição integral do trabalho livre em 1888 e abolição dos escravos, acentuou-se a preocupação com o embranquecimento da população paralelamente às políticas de incentivo à imigração; além dos problemas a serem enfrentados com negros e mestiços que se tornaram livres, aparecem claramente as preocupações em definir as correntes imigratórias desejáveis, e as indesejáveis.

No início da República, foi regulamentado o Serviço de Introdução e Localização de Imigrantes que estabelecia:

Artigo 1º - É inteiramente livre a entrada, nos portos da República dos indivíduos aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos à ação criminal do seu país, excetuados dos indígenas da Ásia ou da África, que somente mediante a autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos de acordo com as condições que forem estipuladas (Decreto nº 528, de 28/06/1890) (VAINER, 1996 .p. 43).

Como se vê, embora com abertura para a vinda de estrangeiros havia restrições aqueles da África e da Ásia.

A demanda crescente por mão-de-obra imigrante acompanhou o desenvolvimento da economia brasileira, baseada na agricultura. Embora fossem importantes as plantações de cana-de-açúcar, algodão e outras, era o café o grande motor dessa economia. Cultivado principalmente em São Paulo. Por tal razão, essa região foi a que recebeu as maiores levas de imigrantes. Já em 1886 os fazendeiros paulistas fundaram a Sociedade Promotora da Imigração com a finalidade de promover a vinda de imigrantes para o cultivo do café (PETRONE, 1990).

Por outro lado nações européias e até asiáticas passavam por crises profundas, muitas delas vendo incentivando a saída de parte de sua população, especialmente a rural, para outros países. Essas dificuldades enfrentadas pelos países de origem (Itália, Portugal, Espanha, Alemanha, Japão, etc.) permitiram não só que a propaganda brasileira conseguisse atrair interessados mas até que os imigrantistas quisessem selecionar os imigrantes desejáveis: isso é, os brancos provenientes de países europeus mas não de Portugal e menos ainda do Oriente.

Não é possível detalhar aqui os acordos e trâmites diplomáticos estabelecidos pelo Governo da União e dos estados com as nações estrangeiras, mas observar que vieram imigrantes de diferentes origens, subsidiados ou por conta própria e, até os considerados indesejáveis.

A política de atração de imigrantes para o trabalho na lavoura diminuiu durante os anos de 1920, culminando em 1930 com atos do governo central limitando e disciplinando a entrada de estrangeiros no Brasil. A política imigrantista foi então novamente centralizada; determinou-se através das constituições de 1934 e 1937 o sistema de quotas (pelo qual se limitava a imigração ao máximo anual de 2% dos imigrantes de cada nacionalidade chegados nos últimos 50 anos) e também se obrigou as empresas a terem pelo menos dois terços de brasileiros natos (PETRONE, 1990). Ao mesmo tempo, acentuou-se nesse período a preocupação com a assimilação dos imigrantes, pois os chamados “quistos étnicos” eram vistos como perigosos à política fortemente nacionalista de então.

Citando Vainer (1996):

Nesse ambiente cultural e político, a grandiosa tarefa da constituição do povo e da nacionalidade, verdadeiro processo de etnogênese cuja responsabilidade o Estado se auto-atribuiu, vai ser concebida como um esforço para atender, simultaneamente, a três ordens de questões (ou necessidades):

- a necessidade econômica, isto é, de braços adestrados e disciplinados;
- a necessidade eugênica, isto é, de doses crescentes de sangue branco;
- a necessidade nacional, isto é, de construção de um povo nacionalmente unificado e integrado sob padrões culturais homogêneos (VAINER, 1996, p. 44).

Alguns grupos foram muito visados pelas medidas nacionalistas que, ao mesmo tempo que os discriminava, procurava assimilá-los. Em São Pau-

lo, foi o caso de japoneses e germânicos, além de italianos. Ao mesmo tempo problemas políticos dos contextos de origem continuavam impulsionando novos imigrantes para o território brasileiro; na década de trinta muitos vieram da Europa fugindo das políticas já percebidas como ameaçadoras de Hitler e das ditaduras de Salazar (Portugal) e Franco (Espanha).

Houve nesse período, que coincidiu com a instalação de um regime ditatorial no Brasil (1930-1945), medidas duras para promover essa assimilação. O campo educacional foi o mais visado, pois se acreditava que as escolas poderiam ser o meio mais eficaz de promover tal assimilação dos imigrantes, impedindo a constituição dos “quistos” étnicos. Nestes casos o que interessava era controlar a presença “ameaçadora” do colono imigrante, a necessidade de assimilá-lo, e não a escolarização em si, para toda a população rural. (DEMARTINI, 1979)

A preocupação com a educação do imigrante no meio rural era evidente nos pronunciamentos dos encarregados da educação no Estado de São Paulo, desde pelo menos a Primeira Guerra Mundial, transcrevemos um trecho do “Anuário de Ensino do Estado de São Paulo” de 1918, em que já se percebe claramente a preocupação com a população estrangeira, principalmente a que ia para o meio rural:

Bem avisado andou o Sr. Dr. Secretário do Interior que, de mãos dadas com o congresso, estabeleceu na nossa legislação escolar as chamadas escolas ruraes, cujo provimento, independentemente de formalidades burocráticas, pode ser feito, imediatamente, nas zonas rurais, onde vive, aglomerada, uma população estrangeira, que precisa ser, quanto antes, assimilada ao nosso meio... De 1827 até hoje, entraram do estrangeiro em São Paulo, para arrotear suas terras, impulsionar suas fábricas, e povoar suas cidades, 1.823.293 imigrantes, analfabetos, na sua quasi totalidade... A educação, pois, do imigrante, sobre ser uma questão pedagógica, é ainda e mais um problema social de máxima importância para o nosso progresso econômico e aperfeiçoamento moral, problema cuja resolução compete ao perseverante trabalho das nossas escolas... Os (imigrantes) que se aboletam nas cidades, facilmente se matriculam nas escolas diurnas, quando menores, e nas noturnas, quando adultos, aprendendo, numas e noutras, a falar a nossa língua e recebendo noções elementares de aritmética, geographia e história pátria; os que se estabelecem nos campos e nas fazendas, distantes dos centros urbanos, vivem crescem e prosperam na completa ignorância da língua, do meio, dos usos e costumes, dos nossos recursos, inteiramente estranhos à vida social e política do país que lhes dá hospitaleiro agasalho e fartura (ANNUÁRIO DO ENSINO, 1918, p. 129-131).

O colono imigrante foi a solução econômica encontrada para a agricultura paulista, mas constituía ao mesmo tempo, um “perigo nacional”, do ponto de vista político. E, neste caso, a escola era vista por muitos como uma forma de acabar com esta ameaça. Na década de 1930 e durante o período da Segunda Guerra Mundial, as medidas nacionalistas intensificaram-se, pois o Brasil alinhou-se contra a Alemanha, a Itália e o Japão. Con-

seqüentemente, os imigrantes provenientes desses países passaram a ser mais vigiados: suas reuniões e viagens ficaram proibidas (necessidade de salvo-conduto), suas línguas maternas não podiam mais ser faladas, não podiam morar em zonas litorâneas, além das restrições já estabelecidas ao funcionamento das escolas dos grupos). Sabemos que os imigrantes conseguiram desenvolver estratégias para “conviver” com tais disciplinamentos, burlando muitas vezes as proibições e continuando a exercitar suas línguas, seus costumes, suas culturas.

Tais restrições interferiram nas vivências dos grupos de imigrantes, especialmente nas gerações de jovens. Também a Segunda Guerra Mundial, que marcou profundamente os países europeus e o Japão, foi levando a uma reorientação dos projetos de vida dos imigrantes vivendo no Brasil, dificultando o sonho de regresso de muitos deles (DEMARTINI, 2004a).

No tocante à política imigrantista, o governo brasileiro manteve ao final da guerra a mesma postura anterior, de estabelecimento de imigrantes europeus como os mais desejáveis, como se pode observar pelo Decreto abaixo:

Artigo 1º - Todo estrangeiro poderá entrar no Brasil desde que satisfaça as condições estabelecidas por esta lei.

Artigo 2º Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência européia, assim como a defesa do trabalhador nacional (Decreto-Lei nº 7.967, de 18/09/1945) (VAINER, 1996, p. 44).

Mas desde a Segunda Guerra Mundial houve uma mudança na política imigrantista brasileira: o interesse centrou-se em imigrantes qualificados, especialmente para trabalhar no desenvolvimento urbano-industrial. A Lei de Estrangeiros, vigente ainda em 2000, previa no parágrafo único do Artigo 16:

Parágrafo Único - A imigração objetivará, primordialmente, propiciar mão-de-obra especializada aos vários setores da economia nacional, visando à Política Nacional de Desenvolvimento em todos os seus aspectos e, em especial, ao aumento da produtividade, à assimilação de tecnologia e à captação de recursos para setores específicos (BARRETO, 2001).

A imigração de trabalhadores não qualificados só foi interessante em alguns casos para ocupação e desenvolvimento de projetos especiais em regiões pouco povoadas.

Atualmente já não são permitidas seleções raciais tão explícitas como em períodos anteriores, mas há certamente restrições aos imigrantes considerados indesejáveis (isto é, os menos qualificados). (SALES, T. E SALLES, R., 2002). É importante enfatizar que o Brasil só considera cidadão de fora, aqueles da primeira geração, uma vez que as crianças que nasceram no país são cidadãs brasileiras, de acordo com o “jus soli” em vigor.

Atualmente, apesar da diminuição dos fluxos migratórios da Europa e da Ásia em direção a nosso país, comparativamente ao que ocorreu de finais do século XIX até a segunda metade do XX, ainda levas de imigrantes chegam ao país, especialmente em São Paulo (BAENINGER; LEONCY, 2001; SALES, T.; SALLES, R. 2002). Esse é o caso dos latino-americanos, dos quais os bolivianos são o grupo mais conhecido e até pesquisado (SILVA, S. A., 2001). Também continuam intensas as migrações internas, mas localizadas a contextos regionais ou entre as regiões.

Também tem havido uma imigração de africanos, especialmente de homens jovens. Muitos deles vêm como estudantes, permanecendo depois no país. (VIDA, S., 2001) e (KALY, A., 2001). Pode-se observar a presença de estudantes africanos tanto em universidades públicas como em instituições particulares em São Paulo. Segundo informações obtidas por meio de entrevistas por nós realizadas em projeto de pesquisa recente (DEMARTINI, 2005), a vinda de africanos para o Brasil foi intensificada desde o início da década de 1970 em virtude dos movimentos revolucionários e dos conflitos internos nas novas nações independentes africanas; esses imigrantes vêm principalmente de Angola, Moçambique e Cabo Verde. Nos dias atuais, mesmo tendo diminuído as tensões nesses países, ainda se visualiza o Brasil (especialmente São Paulo e Rio de Janeiro) como contexto que permite melhores níveis de escolarização e de trabalho, embora aqui enfrentem muitos preconceitos (GUSMÃO, ...).

Fenômeno mais recente e que envolve novas problemáticas é a inversão do processo migratório: de país receptor, o Brasil vivencia nas últimas décadas o fenômeno da emigração para outros países. Segundo Salles (1996) calculava-se, no final dos anos de 1990, em 150 mil imigrantes brasileiros no Japão, 100 mil em Nova York, 150 mil na Grande Boston (330 mil nos Estados Unidos como um todo); segundo ela, 1,25 milhões de brasileiros teriam deixado o país, sem retorno, entre 1985 e 1987 (quase 1% da população brasileira) (SALLES, 1996, p. 89). Sabemos que esses números podem ter aumentado, apesar das políticas restritivas dos países do primeiro mundo, havendo muitos brasileiros em Portugal, Alemanha, França etc.; também as crises econômicas têm provocado alterações nos fluxos migratórios.

Alguns especialistas em direitos humanos vêm chamando a atenção para o que consideram uma contradição na legislação brasileira: enquanto a Constituição Brasileira em vigor consagra a dignidade humana e direitos fundamentais, a legislação aplicável que concerne ao estrangeiro é ainda permeada por uma ideologia repressiva, (em vigor durante o período ditatorial entre as décadas de 1960 e 1980), que vê o estrangeiro (especialmente o latino-americano) como subversivo e perigoso para a estabilidade política do país. O problema do tráfico de drogas é constantemente permeado pela discussão sobre a entrada de estrangeiros, especialmente aqueles provenientes de países sul-americanos e também de alguns países africanos.

De modo geral, é possível dizer que há um interesse do governo em regulamentar a situação dos imigrantes que entram no país; entretanto, existem ainda muitos problemas a serem resolvidos até que os imigrantes possam desfrutar dos direitos humanos estabelecidos pela Constituição Brasileira. É preciso lembrar que os não-qualificados e imigrantes pobres inserem-se no Brasil juntamente com uma população, na maior parte, também pobre e desprotegida em relação aos mesmos direitos. Uma grande parte dela, também migrante, que se deslocou de áreas distantes do país, para áreas mais industrializadas, como São Paulo, procurando por melhores condições de vida.

A discriminação e o preconceito com os imigrantes ilegais pobres é frequente, especialmente porque disputam o mesmo mercado de trabalho e os escassos recursos oferecidos pelo governo à população nacional. Também se observa o crescente interesse e controle que outros países buscam ter sobre alguns grupos de imigrantes, em algumas partes do país, pressupondo que eles podem se tornar colaboradores do tráfico de drogas ou terrorismo, como a área da tríplice fronteira, no sul do Brasil - Paraguai, Argentina e Uruguai, onde vivem grupos de origem islâmica.

Tendo mapeado de modo muito sucinto a forma como a imigração foi sendo introduzida, principalmente no estado de São Paulo, ligada às necessidades econômicas dessa região, assim como estímulos e restrições estabelecidos pelos governos federal e estadual a ela relacionados, consideramos importante chamar a atenção para as vivências diferenciadas dos vários grupos.

Como já afirmamos no início, embora muitos grupos de imigrantes tenham entrado no Brasil e em São Paulo nas mesma épocas, nas mesmas condições e sob as mesmas políticas de Estado, o processo de inserção na nova sociedade não foi vivenciado nem é representado pelos mesmos de forma homogênea sobre alguns grupos, parecem ter recaído discriminações e preconceitos de modo mãos intenso, agravados pelas circunstâncias políticas locais. Outros, ao contrário, parecem ter visualizado o novo continente como muito receptivo, mas ao mesmo tempo, sempre o comparavam com suas vivências anteriores.

Para exemplificar tais situações tomamos como exemplos dois grupos de imigrantes muito diferenciados entre si:

- os japoneses que entraram no estado de São Paulo a partir de 1908 até a década de 1960, carregando as marcas de uma cultura oriental distante, uma educação escolar disseminada assim como marcas físicas diferenciadas – o chamado “povo amarelo”;

- os portugueses e seus descendentes que sempre estiveram presentes como colonizadores, mas que como imigrantes tiveram um fluxo intenso durante a Primeira República, continuando ainda com forte intensidade pelo menos até a década de 1970; carregavam em grande parte as marcas dos

problemas do contexto português ou africanos de origem, em que as taxas de analfabetismo eram muito elevadas, mas falavam a mesma língua portuguesa.

2 AS EXPERIÊNCIAS DOS IMIGRANTES QUE VIERAM PARA SÃO PAULO: JAPONESES, PORTUGUESES E LUSO-AFRICANOS

2.1 OS JAPONESES: OS AMARELOS INDESEJÁVEIS, MAS TRABALHADORES

Refletir sobre as experiências migratórias dos japoneses em São Paulo nos levou a perceber: 1) que as políticas de Estado podem veicular preconceitos antes mesmo do efetivo contato da população local com o grupo que chega, com base na construção de estereótipos que os oporiam aos nacionais: “raça amarela”, não se misturam, são como enxofre etc.; 2) os preconceitos e discriminações contra um grupo podem também ser retomados e reforçados, mesmo após muitos anos de inserção bem sucedida dos mesmo em território paulista, quando assim for do interesse do Estado.

Segundo vários autores (ANDO, 1976; SAITO, 1980; SAKURAI, 2002) os japoneses vieram em duas etapas: 1) a primeira, de 1908 a 1941, quando entraram cerca de 190 mil imigrantes; 2) a segunda, de 1952 até 1979, no pós-guerra, quando vieram mais de 50 mil japoneses. Grande parte dessas levadas concentrou-se no estado de São Paulo, pelas mesmas razões já apontadas anteriormente: as necessidades da lavoura cafeeira e também o grande desenvolvimento urbano-industrial. Em 1977 calculava-se que havia 727.605 japoneses nesse estado, sendo que 123.165 eram de nacionalidade japonesa e os demais 604.440 eram nisseis naturalizados, nisseis e sanseis. Desse total, grande parte residia na área metropolitana de São Paulo, representando 64,7% do conjunto da população nipo-brasileira residente no Brasil (VÁRIOS AUTORES, 1992, p. 425). Atualmente, estima-se que a colônia japonesa no Brasil forme um contingente de 1,35 milhão de pessoas (FREITAS, 2002), e que mais de 1 milhão residam em São Paulo. A cidade de São Paulo é considerada a maior cidade japonesa fora do Japão, e as marcas dessa imigração estão por toda a cidade, tendo sido incorporadas pela população nacional.

Se hoje os japoneses são muito bem vistos, considerados honestos, trabalhadores, estudiosos, bons vizinhos etc., nem sempre foi assim. Historicamente, eles eram considerados os imigrantes mais indesejáveis, pois eram “amarelos”, não europeus e não católicos; nos debates que foram travados sobre as possibilidades de sua vinda para o Brasil, eles surgem sempre como “inassimiláveis”. A opção da política imigrantista, principalmente a pressão dos cafeicultores, pela sua entrada, deve-se ao fato de que se constituíam em um povo com tradição de trabalho agrícola. Além disso, havia um forte interesse do governo japonês em resolver os problemas que estava enfrentan-

do com a crise em sua economia e o excesso de população rural. Essa imigração foi inicialmente subvencionada pelo governo brasileiro e, mais tarde, passou a ser pelo governo japonês. Em 1907 foi regularizada a imigração para o Estado de São Paulo, entre o governo do Estado e as diferentes companhias de imigração. Assim, em 1920, a administração do estado de São Paulo não tinha nenhuma intenção de renovar os fundos para imigração, mas pressionado pelos Escritórios de Imigração, em 1921 o governo concordou em voltar de novo à imigração planejada. Foi então autorizada pelo governo japonês a subvenção da imigração, iniciando-se a partir de 1924 um fluxo muito intenso, constituído especialmente por mão-de-obra familiar. Esse fluxo vai diminuir na década de 1930, com a política imigrantista restritiva (HANDA, 1987; VAINER, 1996; DEMARTINI, 1997). Após a Segunda Guerra Mundial, uma nova leva chega ao Brasil e a São Paulo; essa foi uma imigração para fugir da difícil situação enfrentada no Japão, como relataram várias pessoas que entrevistamos que vieram nesse período (SAKURAI, 2002; HASTINGS, 1969). Nas últimas décadas, os japoneses vivenciam um outro movimento: a partir de 1980 iniciou-se um movimento inverso, uma forte imigração para o Japão, na condição de “dekassegui” (aquele que vai para longe para trabalhar) (NINOMYA, 2002; ISHIKAWA, 2003).

Não é possível detalhar aqui as diferentes formas como os imigrantes japoneses foram se inserindo no estado de São Paulo, onde se concentraram em maior número. Foram diferentes as vivências dos que se fixaram no interior, na agricultura, primeiro como trabalhadores, depois como proprietários, no litoral e dos que, já nas décadas de 1920 e 1930 foram se fixando na região metropolitana de São Paulo, que funcionou como um pólo de atração para toda a colônia. Cardoso (1972) mostrou como o processo de ascensão sócio-econômica dos japoneses implicou, para muitas famílias, na mobilidade espacial em direção à metrópole: aí se encontravam as melhores escolas (japonesas e nacionais) e as melhores possibilidades de emprego e de investimentos econômicos.

Alguns dados evidenciam como os japoneses em São Paulo, apesar de todas as adversidades enfrentadas pelo fato de serem os mais diferentes dos estrangeiros a chegarem no contexto paulista, já nas primeiras décadas depois de sua chegada estavam economicamente bem situados e socialmente integrados. Um dos fatores que permitiram sua rápida integração foi o grande investimento realizado pelas famílias na educação dos filhos, observando-se um intenso processo de criação e procura por escolas particulares japonesas. A bibliografia que trata o tema educação entre os japoneses revela-nos uma preocupação acentuada dos nipônicos com a educação de seus filhos aqui no Brasil; essa atitude seria uma continuidade do que ocorria no Japão no início do século XX, em consequência da Revolução Meiji, em (DEMARTINI, 2000).

O grupo japonês nunca foi um grupo bem visto pela sociedade brasileira, especialmente pelos eugenistas e políticos preocupados com o branqueamento da população: não era desejável acrescentar ao povo já “tão misturado” pela presença de negros e índios, também a raça amarela. O japonês só entrou como imigrante, como afirmamos, porque era considerado um povo agrícola muito trabalhador e, as fazendas naquele período, ainda demandavam mão-de-obra “competente”. Mas desde a Primeira Guerra Mundial, o estado de São Paulo, para onde vieram grandes levas de imigrantes, implantou políticas nacionalistas que visavam controlá-los e evitar que constituíssem os considerados “perigosos enquistamentos étnicos” (DEMARTINI, 1979). O controle sobre as escolas japonesas já era evidente desde então, especialmente porque em torno delas giravam grande parte das atividades dos imigrantes em São Paulo, geralmente constituídos como comunidade socialmente organizada: “as colônias japonesas” (Maeyama, 1972; Hastings, 1969); o culto ao imperador era o tema central nas atividades culturais do grupo, e também veio substituir o tradicional culto aos ancestrais dentro da comunidade nipo-brasileira passando a funcionar como referência fundamental para a identificação cultural do grupo. Na década de 1930 as medidas nacionalistas do governo Getúlio Vargas, condenou veementemente a educação japonesa, obrigando as escolas e famílias a transformarem suas escolas (ou provocando seu desaparecimento) (SHIBATA, 1997).

Se na década de vinte havia certa liberdade na criação e funcionamento das escolas japonesas, pudemos constatar que algumas medidas nacionalistas durante o governo Vargas tiveram efeitos sobre a educação nipônica; algumas escolas foram fechadas e a educação tipicamente japonesa ficou prejudicada, levando muitos pais a repensarem a forma de educar seus filhos; outras, entretanto, já haviam encontrado formas de funcionar conjuntamente com o ensino oficial.

A política nacionalista brasileira e a situação de guerra, embora tenham implicado dificuldades para as famílias e escolas japonesas (DEMARTINI, 2004a); parece não ter causado na metrópole de São Paulo alterações tão profundas no tocante ao campo educacional, logo de imediato, pois muitas das escolas aqui existentes continuaram em funcionamento. Se no interior a frequência às aulas era feita às escondidas e à noite, caracterizando uma estratégia de resistência dos japoneses necessária para poder continuar com um ensino “seu”, em São Paulo, tanto na região central como na periferia parece que as estratégias foram outras - os japoneses conseguiram estabelecer vínculos com as autoridades escolares nacionais que lhes permitiram manter o funcionamento das escolas por eles criadas, mantidas e controladas.

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial a Intendência da Segurança Pública de São Paulo baixou um edital para regulamentar as atividades

des dos estrangeiros naturais dos países do “eixo” que interferia diretamente na vida cotidiana das famílias japonesas, pois determinava modificações não só no plano político, mas em seu estilo de vida, na medida em que ficavam proibidos de falar e escrever na língua de origem, de se reunirem, de trocarem idéias sobre a situação internacional sem autorização, entre outras proibições. Eram medidas que procuravam atingir duramente as práticas culturais do grupo japonês (DEMARTNI, 2004a).

Nesse período, as tensões e o sentimento de que era preciso salvar a comunidade, foi levando ao surgimento de movimentos entre grupos de japoneses; em 1944, foi criada a Shindo Renmei. A Shindo Renmei (Liga dos Súditos do Imperador), uma das associações clandestinas criadas durante a guerra para preservar a cultura e o espírito japonês, tinha características de organização paramilitar de caráter nacionalista, e começou a atuar mais ativamente com o final da guerra: além de propagar a vitória do Japão e a volta à pátria, combatia os “derrotistas”, que eram considerados traidores (Vários Autores, 1992; DEZEM, 2000; MORAIS, 2001).

A derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial marcou profundamente a vida das famílias que residiam em São Paulo: em primeiro lugar, representava o fim da possibilidade de retorno ao Japão, sonho de muitos (DEMARTINI, 1997), ainda; em segundo lugar, implicou em modificações na maneira de viver das pessoas, que reorientaram seus projetos de vida e investimentos para permanecerem definitivamente no Brasil; em terceiro lugar, provocou uma cisão na colônia japonesa, entre os que acreditavam que o Japão havia perdido a guerra - “os derrotistas” ou “esclarecidos” (makegumi) e os que propagandeavam a vitória do Japão, por acreditarem que este jamais se renderia - “os vitoristas” (kachigumi). Estes últimos viviam em grande parte no interior do estado de São Paulo, tendo pouco acesso aos meios de comunicação em língua portuguesa.

Desta forma, se durante a guerra os japoneses foram proibidos de discutir/falar pelo Estado brasileiro, no pós-guerra não podiam falar por medo dos próprios compatriotas; é possível pensar que a resistência em falar, ainda hoje, sobre estes acontecimentos também tenha relação com o cerceamento da fala que muitos sofreram, tanto por parte da sociedade brasileira como do próprio grupo japonês. Pode-se afirmar que, após o final da guerra, falar sobre esse período tornou-se um tema “tabu”, quase proibido. (DEZEM, 2000)

Foram traumáticos os acontecimentos e sentimentos que acompanharam as famílias japonesas nos trágicos anos de existência da Shindo Renmei, originalmente denominada Kôdôsha. Análise de documentos oficiais, artigos e até diários de imigrantes deste período, evidencia a tensão que acompanhou todo o grupo japonês no período de 1944 até 1956; a organização atuou com muita força, cindiu o grupo e ainda fez com que os antigos preconceitos contra os japoneses viessem novamente à tona nas primeiras

páginas dos jornais e nos debates políticos; estes preconceitos antigos e retomados com a Segunda Guerra, tinham agora um respaldo nas atuações da Shindo Renmei, que durante este período determinaram a morte de 23 pessoas e ferimentos em 86, só no Estado de São Paulo. Na capital houve ataques, mortes e suicídios, embora a maior parte dos atentados tenha ocorrido em municípios do interior. (Vários Autores, 1992, p. 292-294)

As repercussões destes atentados, todos envolvendo os japoneses “vitoristas” e os “esclarecidos” foram determinantes na (re)construção de uma imagem negativa do grupo japonês no seio da sociedade paulistana e paulista, como se apreende nos noticiários de jornais quando em 1946 ocorreram dois atentados em São Paulo.

Talvez tenha sido mais difícil ao conjunto da população residente na metrópole entender este movimento, pois justamente aí se encontravam muitas famílias japonesas que já haviam conseguido neste período ascender economicamente e estabelecer relações com os demais grupos sociais aí residentes, tendo nesta época uma presença marcante em diferentes aspectos da vida desta metrópole, conforme se pode verificar em quase todas as histórias de vida por nós coletadas. (DEMARTINI, 1997).

A crise e os problemas suscitados pela atuação da Shindo Renmei levaram à retomada e fortalecimento da antiga discriminação existente no Estado e na sociedade brasileira contra os imigrantes japoneses. Este fato pode-se constatar claramente nas falas dos representantes na Assembléia Nacional Constituinte em 1946, ao discutirem a nova constituição e a emenda nº 3.165, que pretendia vedar inteiramente a imigração japonesa para o Brasil. Alguns trechos das falas de políticos, na sessão de 27 de agosto de 1946, são evidenciadoras da forte discriminação que voltou à tona:

Vários oradores nesta Assembléia tratando do assunto mostram que os japoneses são, como o enxofre, insolúveis, não se deixando assimilar. Irão constituir quistos sociais. (Adroaldo Costa - PSD)

(corte da parte inicial do aparte) ...A prova evidente de que são nocivos ao Brasil, reside em que, ainda hoje, mesmo oriundos de país derrotado, ainda nos estão dando trabalho. É de estranhar que ainda apareçam aqui defensores dos inimigos do Brasil (Trocem-se outros apartes). (Rui Almeida - PTB)

A matéria pode ser regulada em lei ordinária. Não sou favorável à imigração japonesa; ao contrário, sou contra ela, no momento. Acho, porém, iníquo incluir esse dispositivo no texto constitucional. (Aureliano Leite)

O Sr. José Augusto - ...por gente que não se incorpora ao Brasil, que aqui está formando quistos raciais, representando, assim, sempre e cada vez mais, um perigo para a própria existência da nossa nacionalidade. (Palmas) (corte). (Aureliano Leite)

Todos estamos de acordo em que, no atual momento histórico, a imigração japonesa é indesejável. (Hamilton Nogueira - Senador pela UDN)

É nociva. (Rui Almeida) (Vários Autores, 1992, p. 306-308)

As discriminações acima exemplificadas com as palavras de políticos da época ignoravam as realizações concretas dos japoneses em São Paulo e sua importância econômica e cultural no desenvolvimento da cidade.

Os preconceitos e problemas de discriminação no caso dos japoneses referiam-se muito às suas características físicas - “a raça amarela”, e aos hábitos diferenciados, tornam-os aos olhos dos nacionais “um povo estranho”, “fechado”, que não se “mistura” etc. A estes, somavam-se os interesses nacionais brasileiros, opostos aos do projeto do governo japonês de continuar mantendo como súditos os que imigram para outras terras, mesmo que muito distantes como o Brasil (SHIBATA, 1997). O estímulo e apoio financeiro do governo japonês às escolas e associações de imigrantes em São Paulo contribuíam para reforçar, aos olhos dos nacionais, a imagem negativa sobre os mesmos.

Como podemos constatar, até hoje, apesar de um século de sua chegada e de sua bem sucedida inserção na sociedade, ainda pairam sobre os mesmos preconceitos e formas sutis de considerá-los como em grupo diferenciado: é o caso das afirmações corriqueiras nos meios estudantis paulistas sobre a superioridade intelectual dos descendentes de japoneses, e, assim, sua maior facilidade em conseguirem vagas para estudar nas universidades mais disputadas dos estados; aliada a esta representação, dissemina-se entre os que concorrem nos vestibulares a cruel afirmação: “mate um japonês e garanta sua vaga na universidade,“ em clara tentativa de considerá-los como um grupo diferenciado e opositor.

Como se vê, os preconceitos são reinterpretados e re-atualizados.

2.2 OS PORTUGUESES, OS LUSO-AFRICANOS E OS AFRICANOS: “IMIGRANTES “INVISÍVEIS”, PRECONCEITOS TRANSFERIDOS.

Para exemplificar como a discriminação, conflitos e preconceitos acompanham e são vivenciados de modo diverso pelos grupos de imigrantes que vieram para São Paulo, tomamos como referência o caso daqueles que de alguma forma tinham uma relação com o contexto português: os que vieram diretamente de Portugal, aqueles cujas famílias, tendo saído de Portugal residiam nas então colônias portuguesas na África, e os próprios africanos; abordamos dois momentos distintos - o do grande fluxo imigratório da Primeira República e o da década de 1970.

Tentamos compreender como os diferentes períodos em que vieram implicaram em recepções diversas no contexto paulista, e, principalmente, como os preconceitos/discriminações se manifestaram.

Com relação à Primeira República, é preciso lembrar que os portugueses e seus descendentes, ao contrário dos japoneses, apresentavam as características desejáveis aos imigrantistas e eugenistas brasileiros, como “brancos europeus”. Mas, outros elementos parecem ter pesado contra a vinda dos mesmos: foram os antigos colonizadores por séculos, sendo por-

tanto de alguma maneira vistos pelos locais como tais e, principalmente, não eram os “brancos europeus” desejados, quando começaram a entrar em grandes levadas como imigrantes, a partir do final do século XIX. Como já foi bastante analisado por alguns autores (SILVA, 1992; RIBEIRO, 1990), desenvolveu-se no Brasil um anti-lusitanismo, especialmente relacionado aos portugueses que viviam nas cidades; além disso, como aos imigrantistas paulistas interessava o imigrante que fosse trabalhar em atividades agrárias e esse não era o interesse inicial dos que para cá vinham, eles passaram a não ser desejados pela política imigrantista. Segundo Silva (1992), algumas restrições chegaram a ser estabelecidas para restringir sua entrada.

O que pudemos constatar em nossas pesquisas, entretanto, é que apesar das discriminações e restrições impostas, os portugueses constituíram um grande contingente dos que vieram como imigrantes para São Paulo durante a 1ª República, configurando-se como uma imigração “quase invisível”, dadas as características físicas e o domínio da língua portuguesa; eram muito mais semelhantes aos nacionais, em um período em que houve o afluxo de imigrantes vindos das mais diversas partes do mundo, falando várias línguas: italianos, alemães, espanhóis, japoneses e outros.

Além disso, muitos imigrantes portugueses vinham por conta própria, pois havia uma rede de parentesco que sustentava as relações entre os dois contextos e que facilitava as viagens. O que se pode constatar é que, embora não sendo os “europeus desejados”, entraram em número muito elevado e conseguiram inserir-se tanto na metrópole como no interior paulista (DEMARTINI, 2002; CAMPOS, 2003).

Do ponto de vista de sua inserção econômica, muitos conseguiram estabelecer-se nas cidades e no interior como proprietários rurais, donos de estabelecimentos industriais, comerciais, prestadores de serviços, funcionários etc. (CAMARGO, 1952, p. 236; 237; 258; 259) configurando-se como uma ascensão econômica no novo contexto.

Também vieram advogados, engenheiros, artesãos, dispostos de capital cultural, social e econômico que lhes permitiu estabelecerem relações com pessoas socialmente bem posicionadas em São Paulo, conseguirem trabalho mais rapidamente e de acordo com sua formação, assim como realizarem casamentos com pessoas da elite paulista. O fato de terem formação de nível superior também permitiu a inserção de alguns deles no campo educacional, com reconhecida atuação nesta área.

Em São Paulo, talvez pela forte presença de vários outros grupos de imigrantes, o anti-lusitanismo parece ter se manifestado de forma mais disfarçada. Assim, os relatos que obtivemos com famílias imigrantes que vieram no início do século XX apontam as discriminações contra os mesmos em sua vivência diária, embora de forma mais camuflada: gozações, principalmente nas escolas, apelidos etc. Concordamos com as observações

de Seyferth (2005) sobre os portugueses quando observa que o fato de serem os antigos colonizadores não os poupou dos preconceitos:

Os imigrantes portugueses, não obstante a herança colonial, base da nacionalidade, também foram alvo de preconceito e xenofobia. A lista de estereótipos varia, mas é a mais óbvia possível na desqualificação, sobretudo quando são mencionados os supostos “defeitos de raça” - indolência, falta de inventividade, grosseria, ineficiência, aversão ao trabalho e assim por diante. Além disso, não representam mais uma das raízes da formação nacional, tornando-se, nessas representações estereotipadas, apenas um grupo de imigrantes inassimiláveis, endogâmicos, ansiosos para enriquecer e retornar a Portugal. (p.9).

Muitos que vieram durante a Primeira República permaneceram em São Paulo, tendo os descendentes conseguido atingir níveis de escolaridade superiores aos da primeira geração e inserir-se no mercado de trabalho, sem que tenham em suas entrevistas demonstrado conflitos com a chamada população brasileira.

Não trataremos da imigração intensa de portugueses ocorrida no período pós-1930 (LANG, 2003). Focalizamos outro grupo de origem portuguesa, que veio para São Paulo na década de 1970, procedente África (Angola e Moçambique). Trata-se de uma imigração forçada que contribui para uma compreensão de como os deslocamentos podem envolver discriminações ou acolhimentos entre os que são da mesma origem “nacional”, mas que se encontram em contextos diversos.

Os fluxos migratórios de portugueses e luso-africanos das antigas colônias portuguesas da África em direção a São Paulo foram motivados pelas pressões políticas das difíceis e complexas realidades africana e portuguesa, além das econômicas, que os diferenciaram das levadas migratórias anteriores. No caso específico desses imigrantes entrevistados, cruzaram-se em suas histórias as vivências sócio-culturais de contextos muito distintos: 1) dado seu pertencimento à famílias de origem portuguesa, o contexto português colonizador como referência; 2) o contexto de vivência africano, muitos tendo aí nascido e 3) o contexto paulista/brasileiro de adoção. (DEMARTINI; CUNHA; DOPPENSCHITT, 2005). Nossas reflexões pautam-se nos relatos que foram por nós obtidos cerca de 30 anos após os deslocamentos, ganhando assim novas significações quando os consideramos na atualidade e sob novos olhares.

As narrativas dos entrevistados, obtidas sob a forma de relatos orais permitem verificar como os continentes se cruzam na construção de suas memórias, construídas individual ou socialmente. Tomaremos aqui apenas histórias de vida de duas mulheres e um homem para refletir sobre as vivências destes imigrantes: vieram nos anos de 1970 da África tendo ou não vivências em Portugal; procuramos destacar as referências às pessoas, lugares e acontecimentos que constituem suas memórias e que evidenciam

seu sentimento de identidade, seu pertencimento e conflitos enfrentados em cada contexto. (Pollack, 1992).

Por meio das narrativas analisadas foi possível observar que os deslocamentos, ao colocarem os sujeitos em contato com grupos da sociedade receptora que são visualizados na sociedade de origem como socialmente inferiores, os levam a reproduzirem no novo contexto as discriminações esperadas. Assim, muitos portugueses, ao se mudarem com suas famílias para a África, visualizaram a população local como preguiçosa e não constituinte da população portuguesa, embora nascidos em territórios considerados portugueses; como bem evidenciou Balandier, eram tratados pelos europeus como uma minoria dominada (1993). Embora vivendo em Angola ou Moçambique e aí conseguindo estabelecer-se e até ascender economicamente, para muitos a identificação ainda era com a população residente em Portugal, da qual excluía os moradores “indígenas” dos territórios portugueses na África (DEMARTINI, 2006). Dessa forma, as discriminações e preconceitos não se alteraram com o deslocamento, para alguns entrevistados.

O que muitos não esperavam, entretanto, é que quando saíram da África (Angola ou Moçambique) em 1975, fossem também considerados como “diferentes” quando chegaram à Portugal, fugindo da situação de guerra: não eram portugueses, eram “retornados”. Nos relatos, alguns entrevistados evidenciam a “naturalidade” do tratamento diferenciado dado pelos colonizadores aos africanos, e a revolta pela discriminação exercida pelos portugueses, que até então consideravam como iguais.

As vivências anteriores e a forma como representavam as relações estabelecidas com os da mesma origem, mas vivendo em outro contexto, e com os “outros”, africanos, permitiram que, em terras paulistas, se sentissem bem no novo contexto, em que, segundo eles, foram muito bem recebidos; ao mesmo tempo, alguns também visualizaram os brasileiros como os africanos, com preconceitos negativos.

O espaço não permite que todas as situações sejam explicitadas, mas selecionamos alguns trechos de algumas entrevistas que permitem exemplificar algumas das situações citadas acima.

Da narrativa de uma imigrante [E1] que veio de Moçambique em 1975 e que se considerava “portuguesa”, destacamos:

(...) Tenho 58 anos, sou portuguesa. Nasci em Portugal, mas fui com 5 anos para África, mais precisamente Moçambique. Morei em Moçambique por aproximadamente 23 anos, onde fui criada, casei, tive lá dois filhos e com a situação da guerra em África, acabei vindo para o Brasil por intermédio de um tio que aqui tinha e comecei de novo minha vida aqui. Eu tinha 27 anos quando vim para o Brasil. Faz precisamente 30 anos que estou no Brasil.

(...)E vivemos uma vida muito boa. Moçambique oferecia tudo que nós precisávamos.

Com a guerra, saímos com a roupa do corpo e deixamos tudo para trás. E uma coisa que não dá para se conformar, com o governo português, que nos abandonou à sorte. (...) Olha, para quem saiu de uma guerra, a ditadura no Brasil era o de menos, porque houve muita violência em Moçambique.

(...) E se tem uma coisa que tenho mágoa com o governo português é terem nos virado as costas, porque enquanto foi interessante receber dinheiro pelos negros que trabalhavam nas minas de ouro na África do Sul, tudo bem, mas... (fica emocionada) te digo que eu mesma vi várias vezes no aeroporto pilhas e pilhas de barras de ouro que eram enviadas a Portugal.

(...) Usaram um termo que considero inapropriado. Chamaram-nos de “retornados”, mas nós não éramos retornados. Eu vivi toda minha vida em Moçambique, e Portugal para mim era uma coisa distante. A relação com a minha sogra foi difícil porque não tínhamos intimidade e para quem estava em Moçambique, chegar em Portugal é estranho, aquela deferência toda.

Mas a vivência desde a infância em Moçambique, cheia de alegrias e tranqüila até o 25 de abril de Portugal e a mágoa sentida com relação ao governo português, marcaram de alguma maneira sua identidade “portuguesa” - a percepção de que não eram iguais aos demais portugueses que residiam em Portugal, seja pelo tratamento recebido enquanto cidadão, seja pela maneira de ser moçambicana.

Ao comentar sobre a guerra as críticas recaem sobre o governo português “que nos abandonou à sorte”, pois se sentiam como pertencentes à nação portuguesa, enquanto colonos que viviam na distante Moçambique. Entre as conseqüências da guerra e da saída forçada, as memórias remetem à desestruturação do grupo familiar, além da perda de bens.

Também são evidenciadas discriminações por parte da população local, pelo fatode serem brancos portugueses:

(...) E quando voltávamos para casa, meu marido que sempre tinha o costume de ouvir a rádio, ligou o rádio e anunciaram que os rebeldes haviam tomado conta e nós, prontamente mudamos de direção e fomos nos reunir com outros portugueses em uma praça, para nos protegermos. Outras pessoas que não mudaram de direção, acabaram morrendo porque o confronto foi muito violento, atearam fogo nos carros, nas pessoas e qualquer branco era facilmente atingido. Foi terrível.

A forma como representou o povo português aparece com ênfase maior quando a comparação se estabelece com os “outros”, os moçambicanos, evidenciando a diferenciação e os preconceitos, a visão dos colonizadores:

O preconceito parece se pautar no imaginário do povo português batalhador e conquistador, em comparação com os negros moçambicanos e com brasileiros, com os quais passou a conviver depois:

(...) A mim, ninguém me deu. Fui eu que lutei e foi ele que lutou também. Entendeste? Eles não fizeram porque também não queriam, como também acho que há muita gente que está na favela porque quer estar. Vá trabalhar filho!

(...) Espera, mas espera um pouquinho. Não tinham a capacidade porque eles não queriam. Desculpa lá porque quando nós chegamos à África, chegamos sem um tostão no bolso, nós íamos na linha da água do mar e não tínhamos dinheiro nem para comer. Nós não tínhamos nada.

A vivência no novo com texto parece ter forçado os preconceitos contra os negros, depois transferidos para os brasileiros, relativizando a questão racial:

(...) convivi com eles. Eu estive com eles 23 anos. O negro da casa do meu pai e ia ao bar e gastava tudo. Quantas vezes minha mãe disse: “Não pago. Vou guardar o teu dinheiro.” E ele ficava amuado e no dia seguinte não vinha trabalhar. Eu comparo muito com muita gente aqui. E não são negros. A raça é tudo igual, não importa. São as mentalidades das pessoas. Eu acho que são as mentalidades. Se tu estás com dificuldades, vá à luta, seja o que for, mas tu consegues trazer. Agora, tem muitos que não tem e se põem a beber. Encostam-se e não querem saber da família, não querem saber de nada. A gente não pensa dessa maneira. Não é de uma forma que a gente vai ganhar dinheiro e outra, mas ganha honesto. Eu comparo muito o negro nesse sentido, mas também te digo que o negro nunca passou fome em nossa terra. Nunca. O negro era bem tratado. (...) O negro não tinha porque não queria. Há muitos que não querem trabalhar e eu não concordo com determinadas coisas.

Uma identidade construída na intersecção dos traços da cultura portuguesa de origem, permeada pelas vivências moçambicanas, que aproximaram a imigrante do “brasileiro”, para ela mais próximo: “O jeito do moçambicano é muito parecido com o do brasileiro, sem tanta formalidade”. Entre morar em Portugal ou no Brasil, a opção pelo último, pois os costumes em Portugal “são diferentes. Não é a mesma coisa”.

Outra entrevistada nascida em Angola, [E2], que se assumiu como africana, relatou a convivência cotidiana com o povo negro, que chamou de indígena, de forma positiva:

(...) porque nós morávamos numa região em Angola que não era no centro da cidade, em Luanda, não era no centro da cidade, era num bairro e nesse bairro, onde todos eles tinham sido criados e tinha muito o pessoal indígena, não é? Então era uma coisa mais afastada, então sabe, tinha todas aquelas pessoas, quer dizer, maioria negra que tinham as suas casas e ficavam ali, tudo muito próximo e que eles iam à casa dos meus avós, não tinha água encanada, não tinha nada, luz, na casa deles e tudo o mais, então os meus avós forneciam a água para eles ao preço que era cobrado deles, mas que era uma forma, que eles iam à casa dos meus avós pegar a água e então quer dizer assim, a lavadeira, o pessoal, todo mundo me conhecia, tinha o mercado indígena próximo, então nós éramos conhecidos.

Sobre a saída de Angola, as memórias são traumáticas, evidenciando como apesar da convivência estreita com a população local, as circunstân-

cias da guerra provocaram a eclosão dos conflitos latentes entre brancos e negros:

(...) Na ocasião eu saí em agosto. A revolução já tinha sido em 74. Já tínhamos passado por toda aquela guerra civil. Foi terrível. E eu me lembro de ter empregados, cinco que apareceram em casa, estavam fugidos, assim e tal e chegar, “o que a menina está a fazer aqui? A menina tem que ir embora” “A menina vai voltar, mas agora não” “Porque eles vão fazer a mala da menina”. Porque de repente virou uma coisa, “a mulher do branco é nossa”, não esqueça que eram slogans colocados para instigar a população, não é, que era uma guerra entre eles, mas você tem que dar algo em troca. Isso não era uma coisa que era do povo que tinha até então. Dizia-se: “Ah, então não tinha racismo?” Claro que tinha. Onde é que não tem racismo? Tem em toda a parte. Vai dizer que em Angola não tinha racismo? Claro que tinha. Eu mesmo, na minha família, tinha pessoas que eram racistas, mas isso não significava que todos eram racistas e que também havia pessoas que não eram racistas. Quer dizer, que era um paraíso porque só tinha coisas boas? Não, também tinha as suas coisas ruins, mas nada de tal forma exacerbada... não é, que não houvesse uma compensação do outro lado.

Embora batalhando pela independência do país, foram obrigados a sair. A discriminação maior e inesperada foi vivenciada ao chegarem em Portugal, fugidos de Angola

(...) em Portugal ainda estava aquele movimento da revolução, em que nós não éramos aceitos pelos portugueses, éramos retornados, e eu não conseguia entender o que era este “retornado”, que eu não tinha saído de lá, como é que eu era retornada? Eu era refugiada, retornada jamais! Talvez alguns que fossem portugueses que morassem em Angola, estavam retornados. Eu não estava retornada para coisa nenhuma, não é? Então eu estava uma apátrida, a gente não sabia, não tinha emprego, em Portugal, não tinha lugar para ficar. (...) eu cheguei a Portugal e eu fui execrada, no sentido que logo na minha recepção, quando eu desembarquei no aeroporto em Lisboa, foi ter uma manifestação de comunistas, do PC, partido comunista português, uns baderneiros, porque isto eu sei que eram, não é, em que gritavam: “Roubaram os negros, agora vão roubar os brancos! Vão embora para vossa terra!” Eu não tinha roubado ninguém, e eu não era retornada. (...) Um choque, decepção total, porque nós estávamos sendo colocados de uma determinada forma que não batia, eu dizia: “Gente, o que é isto? O que é que está acontecendo?” E sem contar que tinha ficado em Angola, aquela coisa, quer dizer, nós já tínhamos um ano debaixo da guerra, então a tua cabeça já está completamente... desestruturada. Você está emocionalmente desestruturada.

As discriminações e a forma como foram recebidos em Portugal, onde não conseguiram ficar e o acolhimento no contexto paulistano permitiram construir representações opostas dos dois povos:

(...) Aquela imagem, está recente até hoje. Não vou esquecer o resto da minha vida. E eu chego ao Brasil, e o marido foi me pegar ao Rio, a gente voltou, foi para esse quarto alugado e tal e o marido me diz que há uma força tarefa a mostrar, nas galerias Prestes Maia, tinha uma força-tarefa que tratava de todos

os nossos documentos. Eu entrego e ao mesmo tempo ele me diz que a Casa de Portugal tem algumas cartas de empresários brasileiros se propondo a dar-nos emprego. Então, eu cheguei num domingo e na quarta-feira eu estava trabalhando. (...) Isso para mim não tem preço. Eu jamais vou esquecer de fato aquilo que foi feito. Vão dizer assim: “Ah, te deram tudo!” “Não!” Deram a chance de eu construir a minha vida. Eu passei fome durante este tempo? Passei, porque o que eu ganhava era muito pouco, mas eu tive uma carteira de trabalho. (...) por isso eu te digo, eu considero o povo brasileiro, um dos povos mais solidários que eu já conheci. É um povo solidário.

Em um trecho de sua narrativa, a entrevistada explicita o seu sonho - o de prestar trabalho voluntário em Angola, com os mutilados de guerra, sintetizando então seus sentimentos de pertença:

(...) Então, eu tenho isto, sabe, esta coisa: Angola é minha terra, eu sou angolana, portuguesa por passaporte, entendo o pessoal de Portugal, entendo Portugal, mas eu não sou portuguesa de fato, eu não sou, eu não tenho uma cabeça como eles, eu tenho uma visão de mundo diferente, sou brasileira por opção, não é, e não vivo em outro lugar, se me permitir, ou Angola ou Brasil, claro que eu tive 30 anos quase que eu estou no Brasil, dificilmente eu me iria mudar, viver em Angola, quando eu já construí toda uma vida aqui.

Também E3, entrevistado que nasceu em Angola, onde a família chegou nos anos de 1950 para tentar melhorar de vida, relata o ressentimento pela forma como Portugal considerou a população angolana no processo de libertação.

(...) Até hoje, a grande maioria do pessoal não aceita a maneira como Portugal tratou a emigração, a descolonização. Portugal não levou em consideração quem era angolano, que estava em Angola ou Moçambique ou Guiné Bissau, em qualquer lugar. Passou, até porque era o partido comunista que estava gerenciando Portugal, na época. Passaram a considerar como únicos elementos para negociar a descolonização, os movimentos ditos de libertação. A população local nunca foi escutada, nem branca, nem população local, mesmo. Nunca foi ouvida no processo.

Sua crítica recai principalmente sobre os movimentos de libertação, que, segundo ele, não sabiam o que era Angola. “Eles não sabiam, eles não existiam dentro de Angola, estavam todos no exterior”. Assim:

(...) Então, realmente, nenhum dos movimentos tinha noção do que iria encontrar. E obviamente, não tinham quadros para administrar um país com as dimensões que tinha Angola, naquela ocasião.

Embora envolvido nos movimentos pela independência, também viu-se obrigado a sair. No deslocamento para o Brasil vieram todos da família, mas, anos mais tarde, alguns foram para Portugal. Como em outros casos

desse período, a saída da África representou separações, imediatas ou a longo prazo. Nos relatos, manifesta-se também a necessidade que o entrevistado tem de manter vivos os laços com os angolanos de sua terra, mais que com os familiares que foram para Portugal: na reflexão que fez durante a entrevista afirma:

(...) tentando fazer um pouco a análise do que aconteceu: quando você emigra por vontade, como eu vejo meu sogro aqui em Santos, meus tios que vieram, meus pais mesmo quando foram para Angola, eles não tinham essa ligação afetiva do querer voltar à terra porque eles saíram da terra porque realmente lá não estava dando o que eles queriam. O nosso caso que fomos praticamente obrigados a sair, embora tenha sido uma decisão de: “está! Nós vamos.” Mas foi um “nós vamos” à custa de uma situação de guerra. A sensação de que alguma coisa foi quebrada, para você. E quebrou uma trajetória de vida que você tinha planejado, você tinha sonhado, de repente ela se quebrou. Então, acho que um pouco, e até os papos que a gente tem nesses chats da internet tem um pouco disso. É um pouco talvez até um saudosismo, embora positivo do tipo: “teria sido muito bom, lá”. Porque a qualidade de vida era espetacular.

As vivências em território africano, as aspirações pela construção aí de nações independentes e a decepção pela má acolhida em Portugal podem ter reforçado em muitos imigrantes, principalmente os que nasceram na África, ou foram para lá muito pequenos, a identidade africana em oposição à portuguesa. O que interessa observar, entretanto, é que a boa acolhida e a vivência por cerca de trinta anos em território paulista não parece ter implicado na incorporação da identidade brasileira. Os sujeitos continuam se referindo aos territórios anteriores, à nação portuguesa ou às nações africanas, por eles projetadas.

De modo geral, as narrativas dos imigrantes que vieram da África para São Paulo nesse período remetem fortemente a ressentimentos gerados primeiramente pelas discriminações que sofreram por serem de origem portuguesa/branca, sobre os quais recaíram agressões que muitas vezes não levaram em conta seus pertencimentos políticos. Os preconceitos raciais contra os moradores negros de Angola e Moçambique e contra os brasileiros aparece de modo mais velado, geralmente sendo atribuído ao fato de “não se esforçarem”, “não trabalharem duro” como os portugueses - a ascensão econômica dos últimos é atribuída a esse esforço. Em segundo lugar, aparece com força a discriminação que sofreram em Portugal pelo fato de terem vindo da África - chamados de “retornados”, que iriam competir com os “legítimos” portugueses, os que haviam ficado ou que não se “contagiaram” no território africano.

É interessante observar essa dimensão que acompanha os deslocamentos: de certa forma, há uma discriminação contra o imigrante que sai, assim como contra o imigrante que chega em novo contexto, por parte da população local; mas há também contra aquele que retorna, principalmente

com poucos recursos ou com dificuldades (e o imigrante sabe disso, ele quer voltar só quando está em boas condições), mesmo não se considerando muitas vezes um “outro”.

Além disso o imigrante nem sempre percebe o contexto discriminador em que se insere, assumindo como naturais as discriminações e preconceitos existentes.

Anotamos, para finalizar, algumas observações a partir dos grupos de imigrantes pesquisados, de seus relatos e de como foram tratados pelas políticas imigrantistas e pelo Estado brasileiro:

– nem sempre os interesses econômicos e os interesses políticos são coincidentes com relação à aceitação ou rejeição dos imigrantes de diferentes origens;

– as políticas que discriminam alguns grupos muitas vezes não conseguem impedir sua entrada e inserção em determinado contexto, de algum modo, os vários grupos conseguem burlar as políticas, leis discriminatórias, estratégias para conviver na sociedade de adoção;

– os preconceitos/estereótipos com relação a alguns grupos podem persistir por muito tempo, sendo retomados em situações específicas em que o grupo ganha alguma projeção, como ocorreu com os japoneses, em que o preconceito reaparece com a 2ª Guerra Mundial e, mais recentemente, com relação a atuação positiva do grupo no campo educacional;

– pode-se dizer que há até uma re-atualização dos preconceitos, conforme o período, mas no fundo, a discriminação contra o grupo permanece;

– os preconceitos são construídos e existem tanto por parte dos grupos que compõem a sociedade receptora, como dos imigrantes com relação à estes;

– os preconceitos/discriminações contra imigrantes não parecem atingir igualmente todos de um mesmo grupo/origem; parecem ser elementos diferenciadores: o capital econômico, o capital educacional e cultural, as redes de apoio, os laços estabelecidos com as elites locais, as relações mantidas com os países de origem entre outros aspectos.

O fato é que os processos migratórios colocam em relação sujeitos/grupos que se vêem como diferentes: a forma como ocorrem as trocas e disputas entre os mesmos, nos vários campos, pode permitir a desconstrução de preconceitos/estereótipos, seu reforço ou até a construção de novos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDO, Z. *Estudos sócio-históricos da imigração japonesa*. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1976.

ANNUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo: Directoria Geral de Instrução Pública, 1918.

AZEVEDO, C. M. M.. *Onda negra, mundo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BAENINGER, R.; LEONCY, C. Perfil dos estrangeiros no Brasil segundo autorizações de trabalho (Ministério do Trabalho e Emprego) e registros de entradas e saídas da Polícia Federal (Ministério da Justiça). In: CASTRO, M. G. (Coord.). *Migrações internacionais: contribuições para políticas brasileiras*. Brasília: CNPD, 2001. p. 187-242.

BALANDIER, G. A noção de situação colonial. trad. Nicolás Nyimi Campanário, rev. Paula Monteiro, *Cadernos de Campo*, n.3 v.3. 1993.

BARRETO, L. P. T. F. Considerações sobre a imigração no Brasil contemporâneo. In: CASTRO, Mary G. (Coord.). *Migrações internacionais: contribuições para políticas brasileiras*. Brasília: CNPD, 2001. p.63-71.

BASSANEZI, M. S. B. Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, N. L. (Coord.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil Contemporâneo*. 2.ed. São Paulo: FNUAP, 1996. Vol. 1. p. 1-38.

CAMARGO, J. F. de. *Crescimento da população no estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. São Paulo: FFCL/USP, 1952. (Boletim; 153).

CAMPOS, M. C. S. de S. Imagens do imigrante português no meio rural paulista. In: ROCHA-TRINDADE, M. B.; CAMPOS, M.C.S. de S. (Orgs.) *Olhares lusos e brasileiros*. São Paulo: Usina do Livro, 2003. p. 67-98.

CARDOSO, R. *Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo*. 1972. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

DEMARTINI, Z. de B. F. *Observações sociológicas sobre um tema controverso: população rural e educação em São Paulo*. 1979. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

DEMARTINI, Z. de B. F. Viagens vividas, viagens sonhadas: os japoneses em São Paulo na primeira metade deste século. In A. B. S.G. Lang. *Família em São Paulo: vivências na diferença*. São Paulo: Humanitas, 1997. (Coleção Textos, série 2, n.7).

DEMARTINI, Z. de B. F. Relatos orais de famílias de imigrantes japoneses: elementos para a história da educação brasileira. *Educação & Sociedade* – Revista Quadrimestral de Ciência da Educação, Campinas, v. 21, n. 72, p. 43-72, ago. 2000.

DEMARTINI, Z. de B. F. Imigrantes portugueses em São Paulo: algumas questões sobre sua inserção no campo econômico. *Convergência Lusíadas*, Rio de Janeiro, n. 19, n. Especial, 2002.

DEMARTINI, Z. B. F. Marcas da guerra em terra distante: relatos de japoneses em São Paulo. *História Oral*, São Paulo, n. 7, p. 145-180, 2004a

DEMARTINI, Z. B. F. Imigração e educação: discutindo algumas pistas de pesquisa. *Pró-Posições*, Campinas, v. 15, n. 3(45), set./dez. 2004b.

DEMARTINI, Z. B. F.; CUNHA, Daniel O.; DOPPENSCHIMITT, Elen. Desafios da pesquisa com fluxos migratórios recentes: portugueses e luso-africanos em São Paulo. *Cadernos CERU*, São Paulo, série 2, n. 16, p.14-54. 2005.

DEMARTINI, Z. B. F. Reconstruindo identidades múltiplas: imigrantes portugueses e luso-africanos em São Paulo, *Athena Digital* 10, 2006.

DEZEM, R. *Inventário DEOPS, módulo 3 - japoneses: Shindô Renmei, terrorismo e repressão*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2000.

FREITAS, S. M. Espírito Uchinanchu: okinawanos em São Paulo. *Travessia: Revista do Migrante*, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 11-17, set./dez. 2002.

HANDA, T. *O imigrante japonês: histórias de sua vida no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz/ Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.

HASTINGS, D. Japanese emigration and assimilation in Brazil. *International Migration Review*, New York, v. 3, n. 2, 1969.

IANNI, O. O progresso econômico e o trabalhador livre. In: HOLANDA, Sérgio B. de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1967.

ISHIKAWA, E. A. Migration movement from Brazil to Japan: the social adaptation of japanese-brazilian in Japan. *Regional Studies*, Japan, v. 30, n. 2, mar. 2003.

KALY, A. P. Os estudantes africanos no Brasil e o preconceito racial. In: CASTRO, Mary G. (Coord.). *Migrações internacionais: contribuições para políticas brasileiras*. Brasília: CNPD, 2001. p.463-478.

LANG, A. B. S. G. Portugueses em São Paulo: memória e identidade. In: ROCHA-TRINDADE, M. B.; CAMPOS, M.C.S.S. Olhares lusos e brasileiros. São Paulo: Usina do Livro, 2003.

MAEYAMA, T. Ancestor, Emperor, and Immigrant: Religion and Group Identification of the Japanese in Rural Brazil (1908-1950). *Journal of Inter-American Studies and World Affairs*, v. 14, n. 2, 1972.

MORAIS, F. *Corações sujos: a história da Shindo Renmei*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NINOMIYA, M. Imigrantes brasileiros frente às políticas migratórias: a presença dos brasileiros no Japão. In SALLES, T.S.M.R.R. *Políticas migratórias: América Latina, Brasil e brasileiros no exterior*. São Carlos: EdUFScar/Sumaré, 2002.

PETRONE, M. T. S. I. In: PINHEIRO, P. S. et al. *História geral da civilização brasileira: o Brasil Republicano*. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. Vol. 2: Sociedade e Instruções: 1889-1930. p. 93-133.

POLLACK, M. “Memória e identidade social”, *Estudos Históricos*, vol. 5, n. 10, Rio de Janeiro, p. 200-215, 1992.

PRADO JR., C. *História econômica do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1953.

RIBEIRO, G. S. *Mata galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1990. (Coleção Tudo é História, 129).

SAITO, H. *A presença japonesa no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1980.

SAKURAI, C. Mais estrangeiro que os outros?: os japoneses no Brasil. *Travessia – Revista do Migrante*, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 05-10, set./dez. 2002.

SALES, T.; SALLES, M. R. R. (Orgs.). *Políticas migratórias: América Latina, Brasil e brasileiros no exterior*. São Paulo: EduFSCar/Sumaré, 2002.

SALLES, T. O trabalhador brasileiro no contexto das novas imigrações internacionais. In: PATARRA, Neide L. (Coord.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. 2.ed. São Paulo: FNUAP, 1996. Vol. 1. p. 90-103.

SEYFERTH, Giralda. Imigração, preconceitos e os enunciados subjetivos dos etnocentrismos. *Travessia*, São Paulo, v. 51, p. 5-15, jan.- abril, 2005.

SAYAD, A. O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. *Travessia – Revista do Migrante*, São Paulo, v. 13, n. especial, jan. 2000.

SHIBATA, H. *As escolas japonesas paulistas (1915-1945): a afirmação de uma identidade étnica*. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

SILVA, M. Beatriz Nizza da. *Documentos para a história da imigração portuguesa no Brasil, 1850-1938*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1992.

VAINER, C. B. Estudo e migração internacional no Brasil: da imigração à emigração. In: PATARRA, Neide (Coord.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo* 2.ed. São Paulo: FNUAP, 1996.

VÁRIOS AUTORES. *Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.

VIDA, S. S. Africanos no Brasil: uma ameaça ao paraíso racial. In: CASTRO, Mary G. (Coord.). *Migrações internacionais: contribuições para políticas brasileira*. Brasília: CNPD, 2001. p.449-461.